

# A MEMÓRIA DA SAÚDE EM QUESTÃO

ANA LUCE GIRÃO SOARES DE LIMA

## Introdução

Este trabalho nasceu a partir da experiência de lidar com a memória da saúde, no que diz respeito ao tratamento técnico e recuperação da documentação. Mas ele é uma reflexão, onde se tenta, sem nenhuma pretensão de chegar a conclusões definitivas, problematizar o conceito de memória, desde a memória individual até a idéia de memória nacional.

A segunda parte trata da inserção das ciências sociais nas pesquisas sobre saúde, a partir da constituição da medicina social como um novo campo de conhecimento, tendo a saúde coletiva como objeto. A contribuição da História da Saúde a este processo ocorre não só pela vertente da pesquisa histórica propriamente dita, mas ainda pela preservação da memória documental, analisada aqui através da constituição de um centro de documentação no interior de uma instituição de saúde.

## A memória da saúde em questão

Ao lidarmos com o tema MEMÓRIA, vemo-nos freqüentemente em dificuldades para conceituá-lo e estabelecer as diferenças com outro que lhe é correlato: a HISTÓRIA. Isto ocorre porque, ao falarmos Memória referimo-nos à memória coletiva, ou seja, sua abordagem a partir de uma perspectiva sociológica. Esta primeira conceituação foi elaborada por Maurice Halbwachs em "La Mémoire Collective" (Paris, P.U.F., 1950), onde tenta estabelecer as relações entre memória e história. Este autor afirma que a memória é gerada no âmbito das relações do indivíduo com a família, com a escola, com a classe social a que pertence, no ambiente de trabalho e na comunidade onde vive, ou seja, nas instituições sociais. Por isso existiriam tantas memórias coletivas quanto grupos envolvidos. Da mesma forma, a evocação do passado está sujeita às alterações no sistema de representações constantemente moldado no presente.

"A menor alteração do ambiente atinge a qualidade íntima da memória. Por esta via Halbwachs amarra a memória da pessoa à memória do grupo, e esta última à esfera coletiva de cada sociedade."<sup>1</sup>

A interdisciplinaridade que marca o novo fazer histórico trouxe uma profunda alteração qualitativa na concepção do que faz parte da memória coletiva, incorporando novos elementos aos já tradicionalmente aceitos, tais como os rituais, as comemorações, os hábitos, as expressões, etc... Mais recentemente, Pierre Nora avançou sobre a questão da memória ao criar e sistematizar o conceito de lugares de memória, intimamente ligado à aceleração da história a que assistimos atualmente através do fenômeno de massificação ditado pela mídia em todas as sociedades do mundo. Ao estabelecer a fronteira entre memória e história, define a primeira como a evolução permanente por que passa a vida cotidiana de grupos dinâmicos, "aberta à dialética da lembrança e da amnésia, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a toda a utilização e manipulação, suscetível a longas latências e repentinas revitalizações."<sup>2</sup> e opõe a história como operação intelectual, analítica e laicisante de

1 BOSI, Ecléia. Memória e Sociedade: lembranças de velhos. São Paulo, EDUSP, 1987. 2ª ed. p 17-18.

2 NORA, Pierre. Between Memory and History. IN: *Representations* nº 26, Spring 1989, University of California Press. p 8.

reconstrução crítica do passado numa perspectiva universal.<sup>3</sup> Teremos uma visão melhor da ampliação do conceito de memória coletiva, a que já nos referimos, se nos detivermos na sistematização dos lugares de memória, classificados como: topográficos, tais como museus, arquivos e bibliotecas; monumentais, como os cemitérios e as arquiteturas; simbólicos, como as comemorações, as peregrinações, os aniversários ou os emblemas; funcionais como os manuais, as autobiografias ou as associações.

Na historiografia brasileira a questão vem sendo tratada há pouco tempo, e foi suscitada em parte por José Honório Rodrigues, que denunciou a identidade entre história e memória nos discursos oficiais com a tentativa do Estado PS 64 de descaracterizar o potencial crítico e renovador da cultura histórica para impor sua versão.

É aí precisamente que reside a fonte de toda a preocupação com a memória: a possibilidade de apropriação por um determinado grupo e a conseqüente hegemonia de uma memória nacional excludente e uniformizante.

Por outro lado, o trabalho de enquadramento da memória comum para a construção da memória nacional só obterá êxito se dotado de uma justificativa que o legitime, e com o recurso constante à história, que submete o passado a reinterpretações críticas, para não cair na falsificação pura e simples. Desta forma a memória nacional adquire dinamismo e flexibilidade capazes de abrigar diversos grupos, versões e correntes, submetendo-se a constantes verificações e reconstruções.

Jacques Le Goff, com muita sabedoria, afirma que "cabe aos profissionais científicos da memória, antropólogos, historiadores, jornalistas, sociólogos, fazer da luta pela democratização da memória social um dos imperativos prioritários de sua objetividade científica.(...) A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória sirva para a libertação, e não para a servidão dos homens."<sup>4</sup>

#### **O papel das ciências sociais em saúde e a contribuição dos centros de documentação.**

A intervenção das ciências sociais na área da saúde coincide com a cunhagem do termo "saúde coletiva" como objeto de um novo campo de conhecimento: a medicina social.

"A constituição do campo da medicina social marcará um novo momento em que esta pretende incorporar, no seu interior e não fora dela, as ciências sociais - a sociologia, a economia e a ciência política - tomando como sua problemática as determinações que sobre ela incidem."<sup>5</sup> O conceito de saúde coletiva envolve, por um lado, uma reflexão no interior das práticas médicas, onde são incorporadas as análises da determinação social, política e econômica das doenças, bem como o questionamento epistemológico da conceituação saúde/doença.

A década de 70 assiste a uma intensificação de pesquisas e trabalhos na área da saúde coletiva com o apoio financeiro da FINEP, agregando instituições como o Instituto de Medicina Social da Universidade do Rio de Janeiro, a Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas, a Escola Nacional de Saúde Pública da FIOCRUZ, Secretarias Municipais de Saúde, o Departamento de Planejamento do INAMPS, a Associação Brasileira de Saúde Coletiva, para citar apenas algumas, e, fora do eixo Rio-São Paulo, o Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba, Departamentos de Medicina Preventiva da Universidade Federal da Bahia, da Universidade Federal de Minas Gerais e da Universidade Federal de Pernambuco.

As áreas temáticas contempladas neste momento (entre 1975 e 1978) forma prioritariamente a da determinação social das doenças, a da atenção à saúde e a de formas alternativas de organização dos serviços de saúde.<sup>6</sup>

3 Idem.

4 LE GOFF, Jacques. Memória. *Enciclopédia Einaudi*. Porto: Imprensa Nacional/Casa da Moeda 1984

5 TEIXEIRA, Sônia M<sup>a</sup> Fleury. Investigação de ciências sociais em saúde no Brasil In: *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, 19(3):106-127. Jul/set 1988.

6 Idem

Outra face da intervenção da FINEP reflete-se no apoio à formação de recursos humanos.<sup>7</sup> Estas instituições implementaram ainda alguns projetos de trabalho comunitários em saúde.

Conjuntura bastante favorável da década de 70 segue-se um recuo que caracterizou a década de 80 em nível nacional, não só no que tange às ações institucionais como também quanto aos objetivos do projeto. Vemos a concentração das pesquisas nas áreas acadêmicas de pós-graduação principalmente em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, não contando mais com o apoio do setor de serviços, cujos núcleos de pesquisa não se institucionalizaram. Além disto, a tônica das pesquisas em equipes multidisciplinares foi substituída por projetos individuais que se orientaram segundo o Programa de Saúde Coletiva (FINEP/CNPq - 1982) para as seguintes áreas:<sup>8</sup>

1. Condições de saúde e determinantes do processo saúde/doença
  - condições de vida e saúde
  - condições de trabalho e saúde
2. Políticas, organização dos serviços e tecnologia da saúde
  - estruturas organizacionais de saúde
  - serviços
  - tecnologia
3. Infra-estrutura científico-tecnológica
  - recursos humanos
  - difusão de conhecimentos gerados às práticas de saúde

O final da década de 80 é marcado, no entanto, pela atrofia de projetos de pesquisa desenvolvidos nos programas de pós-graduação, o que não diminui o alcance dos trabalhos realizados no período mais favorável, entre os quais podemos destacar as discussões sobre a reforma sanitária. "A reinvenção do conceito de cidadania, a dimensão do público frente à privatização do Estado, o ideário do controle social, a ampliação do conceito de saúde, a opção pela descentralização."<sup>9</sup>

A inclusão da dimensão temporal como fator de apreensão e de explicação do novo campo teórico, para além da monumental contribuição das demais ciências sociais, responde pela presença institucional da História da Saúde em duas vertentes principais: a pesquisa histórica propriamente dita - história de doenças, história das instituições de ensino e pesquisa biomédica e de medicina experimental, história das profissões, etc... - e a constituição de centros de documentação histórica, com a função de preservar e divulgar a memória da saúde e do desenvolvimento científico e tecnológico do setor.

O surgimento de centros de documentação também está inserido no processo de estruturação da FINEP na década de 70 como gestora do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. A FINEP depositou bastante ênfase na preocupação com a informação, como parte da infra-estrutura necessária à produção de conhecimento, que vai alimentar o projeto de desenvolvimento tecnológico. "Foi a ênfase à informação que não apenas possibilitou, mas até mesmo favoreceu a criação, durante a década de 70, de centros de documentação voltados para a pesquisa histórica, área que até então não havia sido incluída entre as prioritárias."<sup>10</sup> Este projeto beneficiou instituições já existentes como o

7 Para a análise teórica da produção científica do período ver COSTA, Nilson do Rosário. Política e projeto acadêmico: notas sobre a gênese do campo da saúde coletiva. In: *Cadernos de História e Saúde* n°. Rio de Janeiro, Casa de Oswaldo Cruz, 1992. pp 125-136.

8 TEIXEIRA, Sônia M<sup>a</sup> Fleury. op. cit. p 121.

9 COSTA, Nilson do Rosário. op. cit. p 132.

10 MOREIRA, Regina Luz. Brazilianistas, historiografia e centros de documentação. In: *Estudos Históricas* n° 5. Rio de Janeiro, vol. 3 1990. p. 7.

Arquivo Nacional, a Casa de Rui Barbosa e a Biblioteca Nacional, além de apoiar o desenvolvimento de centros ligados a universidades e instituições de pesquisa como o Centro de Memória Social Brasileira (Conjunto Universitário Cândido Mendes), e o Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea (Fundação Getúlio Vargas). É importante ressaltar ainda que este movimento contemplou de maneira mais sistemática a formação de acervos em arquivos privados, ampliando esta dimensão à pesquisa, na medida em que propõe alternativas às informações oficialmente divulgadas.

A constituição da Casa de Oswaldo Cruz, em 1985, com o apoio financeiro da FINEP, vai desta forma, inaugurar a preservação da memória da saúde como atividade permanente e finalística na Fundação Oswaldo Cruz.

A nossa experiência em Manguinhos alinha-se, tanto quanto possível, à diretriz traçada para os profissionais da memória, que citamos na primeira parte deste trabalho, no que concerne à democratização da memória social.

O uso social da documentação existente nos nossos arquivos permite a recuperação de aspectos relevantes da História da Saúde, bem como um maior acompanhamento, por parte da sociedade civil, das decisões tomadas por políticos e dirigentes na área de saúde pública, assistência médica e de políticas de desenvolvimento tecnológico, entre outros. Julgamos necessário também apelar para a intervenção da sociedade no sentido de aperfeiçoar os mecanismos de preservação da memória e não deixar esta tarefa apenas para os historiadores, arquivistas ou cientistas sociais. É da maior importância que empresas, sindicatos, igrejas e indivíduos tenham consciência de seu papel no processo histórico e na conservação deste registro. Depois de ter cumprido a função que motivou sua produção, o arquivo - de qualquer espécie - pode integrar o acervo de um centro de documentação ou ser mantido no próprio local, desde que em condições ideais de preservação e acesso.

Retomando a perspectiva da pesquisa histórica, queremos enfatizar alguns encadeamentos e temas pertinentes ao nosso acervo. Como já foi dito, ele se refere às questões de saúde pública, assistência médica, previdência social, medicina experimental e ciências biomédicas em geral, abrangendo os mais diferentes suportes desde o textual ao iconográfico e audiovisual. Alguns dos personagens mais importantes da cena política têm sua trajetória recuperada pelos arquivos e coleções públicos e privados sob nossa guarda. Acontecimentos como o Movimento Tenentista de 1922, a Revolução de 30 ou as violentas intervenções que os militares realizaram após o golpe de 1964, são enfocadas pela documentação privada sob ângulos nem sempre conhecidos, deixando ainda explicitadas situações que podem apenas ser intuídas pela documentação oficial.

O Departamento de Arquivo e Documentação é responsável pelo recolhimento de toda a documentação institucional de caráter permanente, está constituindo uma base de dados sobre História Administrativa da FIOCRUZ, guarda o acervo iconográfico, que documenta entre outras coisas, a construção dos prédios históricos do Instituto Oswaldo Cruz, bem como as expedições científicas e de levantamento realizadas ao interior do Brasil por Carlos Chagas, Arthur Neiva, Belisário Penna e, mais recentemente por Lauro Travassos. Recolhe e produz vídeos através do Subsetor de Imagem em Movimento, possui uma biblioteca setorial ligada ao Sistema de Bibliotecas da FIOCRUZ, além de guardar o acervo de história oral dos projetos "Memória da Previdência Social no Brasil" e "História do Instituto Oswaldo Cruz", realizados por pesquisadores da Casa de Oswaldo Cruz.

O acervo percorre uma extensão temporal de cerca de 100 anos, desde a fundação do então Instituto Soroterápico Federal, posteriormente Instituto de Patologia Experimental de Manguinhos, Instituto Oswaldo Cruz e, finalmente, Fundação Oswaldo Cruz.

Estes são apenas alguns pontos mais aparentes que um trabalho inicial de análise temática dos fundos documentais revelou. É ainda nosso objetivo traçar o perfil do público que atendemos baseados no cadastro de usuários. Visamos assim o aperfeiçoamento dos serviços prestados, que inclui também a informatização dos instrumentos de pesquisa e dos acervos bibliográficos e iconográfico. Além da pesquisa histórica, a realização de exposições, publicações e projetos específicos de divulgação, tais como o guia de acervo, são elaborados para levar ao grande público as informações contidas no nosso acervo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOSI, Ecleia. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 2ª ed. São Paulo, EDUSP, 1987.
- COSTA, Nilson do Rosário. Política e projeto acadêmico: notas sobre a gênese do campo da saúde coletiva. In: *Cadernos de História e Saúde* n. 2. Rio de Janeiro. COC/FIOCRUZ, 1992.
- LE GOFF, Jacques. Memória. In: *Enciclopédia Einaudi*. v.1: Memória-História. Porto: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984.
- MOREIRA, Regina da Luz. Brazilianistas, historiografia e centros de documentação. In: *Estudos Históricos* v.3, n. 5. Rio de Janeiro: 1990.
- NORA, Pierre. Between Memory and History. In: *Representations* n.26. Los Angeles: University of California Press, 1989.
- POLLACK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Estudos Históricas*. Rio de Janeiro, v. 2. n.3, 1989. p. 3-15.
- SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. Memória, História, Nação: propondo questões. In: *Revista Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, 87 n.5/13, out-dez, 1986.
- SMIT, Johanna. *O que é Documentação*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986. Coleção Primeiros Passos.
- TEIXEIRA, Sônia Mª Fleury. Investigação de ciências sociais em saúde. In: *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro v.19, n.3, p.106-127, jul-set 1985.

---

ANA LUCE GIRÃO SOARES DE LIMA  
Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz  
Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Revista da SBHC, n.11, p.43-47, 1994